

São José do Rio Preto (SP), 25 de março de 2023.

Ao
Banco Central do Brasil
Diretoria de Regulação

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Ref.: Demonstrações Financeiras para o Semestre findo em 31 de dezembro de 2022.

Prezados Senhores:

Em atendimento ao requerido na resolução Nº 4.720 e demais normativos vinculados, estamos encaminhando arquivo eletrônico que contém os documentos abaixo elencados e, que compõem as Demonstrações Financeiras da FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA. relativas ao período supramencionado:

- 1- Relatório da Administração;
- 2- Relatório do Auditor Independente;
- 3- Demonstrações Financeiras;
- 4- Notas Explicativas.

Informamos que estes mesmos documentos foram devidamente disponibilizados no sitio eletrônico abaixo informado, da Associação Brasileira das Administradoras de Consórcios – ABAC e, em razão do sitio desta empresa está passando por reformulação e, tão logo concluídos, estas informações estarão disponibilizadas neste canal <https://abac.org.br/sou-uma-associada/a-abac/balancosAdms>

TERMO DE RESPONSABILIDADE Como responsáveis pelo conteúdo destes documentos, declaramos que estes representam a cópia fiel das demonstrações financeiras, ora auditada pela empresa ACR AUDITORIA E CONTABILIDADE S/S.LTDA (Alberto Francisco Costa-CVM Nº 8.941 – CNAI nº 1.775) e, disponibilizadas de forma eletrônica no endereço <https://abac.org.br/sou-uma-associada/a-abac/balancosAdms>, no sitio da Associação Brasileira das Administradoras de Consórcios – ABAC.

Atenciosamente,

Relatório da Administração

Senhores Cotistas e Administradores:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Finama Administradora de Consórcio Ltda (Consórcio Finama) e dos Grupos de Consórcios que administra, relativos ao semestre findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Cenário da atuação da Empresa

O Consórcio Finama é uma sociedade limitada que tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens móveis (automóveis, caminhões, motocicletas e bens móveis múltiplos), de bens imóveis e de serviços por meio de autofinanciamento dos consorciados nos termos da Lei nº 11.795 de 08 de outubro de 2008.

Nosso desempenho

Em 31.12.2022 tínhamos sob nossa administração 31 grupos de consórcio em andamento, distribuídos em 04 grupos de automóveis, 26 grupos de motocicletas, 01 grupos de imóveis, totalizando 5.002 cotas ativas, sendo destas 3.330 de consorciados contemplados. No período foram entregues 865 bens.

Desempenho Econômico-Financeiro

O Consórcio Finama finalizou o exercício de 2022 de forma satisfatória, sendo a sua receita com prestação serviços no montante de R\$5.394 mil, e no mesmo período de 2021 esse montante correspondeu á R\$ 6.155 mil, equivalente a uma redução de 12,37%.

Encerramos o exercício com lucro de R\$635 mil, resultado que demonstra a confiança de nossos consorciados e atuação firme e comprometida dos nossos colaboradores, parceiros e dirigentes refletindo positivamente no resultado.

O patrimônio líquido da empresa atingiu o montante de R\$ 8.324mil.

Nosso desempenho em relação aquisição de bens (bens entregues) que neste 2º semestre de 2022 no valor de R\$ 13.400 mil, teve uma redução de aproximadamente 5,5% em relação ao mesmo período de 2021 (R\$ 14.192mil).

O patrimônio líquido da empresa atingiu o montante de R\$8.344 mil.

Perspectivas

A Administração prevê para o próximo semestre a ampliação de grupos com planos inovadores, número maior de consorciados, condições diferenciadas, ações comerciais atrativas e ampliação da área de atuação, para a comercialização dos produtos oferecidos.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos nossos diretores, parceiros comerciais e clientes pelo apoio, confiança e credibilidade dispensadas. Aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo que contribuíram para os resultados obtidos.

São José do Rio Preto (SP), 28 de fevereiro de 2023.

A Administração.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cotistas e Administradores da

Finama Administradora de Consórcio LTDA

São José do Rio Preto - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ***Finama Administradora de Consórcio LTDA (“Empresa”)***, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantadas em 31 de dezembro de 2022 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ***Finama Administradora de Consórcio LTDA*** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantadas em 31 de dezembro de 2022, e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Adoção da Resolução BCB nº 120/2021

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que apresenta as mudanças nas políticas contábeis adotadas pela Multimarcas Administradora de Consórcios Ltda. em decorrência da adoção da Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021. A resolução, com adoção prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas administradoras de consórcios e recepcionou o pronunciamento técnico CPC 47-Receita de Contrato com o Cliente. Diante disso, as receitas de taxa de administração dos grupos de consórcios, conforme disposto no artigo 23 da referida resolução, passam de maneira prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2022, a serem reconhecidas com base nas transferências dos serviços prestados aos clientes (reconhecimento até então que se dava pelo efetivo recebimento financeiro), e as despesas de comissão, as quais são classificadas como custos incrementais de acordo com o referido pronunciamento, passam a ser amortizadas pelo prazo do contrato (reconhecimento até então se dava pela efetiva confirmação da aquisição do cota). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

- **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes, relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, à demonstração consolidada dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2021 e às demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditadas, e emitimos relatório em 28 de fevereiro de 2022, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.



Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil-Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- Obtermos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.



- Avaliaremos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação de uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da empresa.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objeto de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Sorocaba (SP), 31 de janeiro de 2023.-

**ACR AUDITORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA
CRC2SP035035/O-0**

**Alberto Francisco Costa
Contador CRC1SP164292/O-0
CVM-AD nº 8.941 / CNAI nº 1.775**

**Jéssica Christina. Moreno Rubinato
Contadora-CRC1SP297849/O-9
Registro - CNAI nº 6.224 – 18/11/2009**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



31 DE DEZEMBRO DE 2.022

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

Balanco Patrimonial do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31/Dez/2022	31/Dez/2021
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixas	4	246	488
Instrumentos financeiros	5	7.570	8.764
Outros créditos	6	43	10
IRRF á compensar	6	136	90
Outros valores e bens	6	-	-
		7.995	9.352
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Valores pendentes de cobrança judicial	6	-	1.139
Devedores por depósitos em garantia	6	174	195
		174	1.334
Permanente			
Investimentos	7	6	6
Imobilizado	8	2.893	827
(-)Depreciações do imobilizado de uso	8	(866)	(653)
Intangível	9	230	222
(-) Amortizações do intangível	9	(190)	(183)
		2.073	219
TOTAL DO ATIVO		10.242	10.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

Balanco Patrimonial do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>31/Dez/2022</u>	<u>31/Dez/2021</u>
Passivo Circulante			
Impostos e contribuições a recolher	11	219	170
Recursos a devolver a consorciados	10	863	1.156
Provisão para pagamentos a efetuar	11	763	681
Fornecedores	11	<u>20</u>	<u>17</u>
		1.865	2.024
Passivo Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Recursos pendentes de recebimento-Cobrança Judicial	11	-	1.139
Provisão para demandas judiciais	11	<u>33</u>	<u>32</u>
		33	1.171
Patrimônio Líquido			
Capital social	12	4.789	4.789
Reserva legal (Lucros a realizar)	12	<u>3.555</u>	<u>2.921</u>
		8.344	7.710
TOTAL DO PASSIVO		10.242	10.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

Demonstração do Resultado do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2º Semestre</u> <u>31/Dez/2022</u>	<u>Exercício</u> <u>31/Dez/2022</u>	<u>Exercício</u> <u>31/Dez/2021</u>
Receitas da Intermediação Financeira				
Rendas de títulos e valores mobiliários	17	527	1.001	350
		527	1.001	350
Outras				
Receitas (Despesas) Operacionais				
Receitas de prestação de serviços	13	2.634	5.394	6.155
Impostos (Pis, Cofins, Issqn)	13	(324)	(658)	(716)
Despesas tributárias	14	(70)	(113)	(70)
Despesas com pessoal	15	(1.415)	(2.709)	(2.373)
Despesas com depreciação/amortização	14	(177)	(227)	(86)
Despesas administrativas e comerciais	14	(626)	(1.227)	(673)
Outras despesas operacionais	14	(343)	(680)	(921)
Outras receitas operacionais	17	150	190	195
		(171)	(30)	1.511
Resultado operacional		356	971	1.861
Resultado não operacional		14	14	-
Resultado antes do IRPJ e CSLL		370	985	1.861
Imposto de renda	16	(251)	(251)	(468)
Contribuição social	16	(99)	(99)	(177)
		(350)	(350)	(645)
Resultado do exercício		20	635	1.216
Resultado por cotas de capital		0,004	0,13	0,25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

DRA - Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2º Semestre</u> <u>31/Dez/2022</u>	<u>Exercício</u> <u>31/Dez/2022</u>	<u>Exercício</u> <u>31/Dez/2021</u>
Resultado do Período	20	635	1.216
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do período	20	635	1.216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2º Semestre <u>31/Dez/2022</u>	Exercício <u>31/Dez/2022</u>	Exercício <u>31/Dez/2021</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro (Prejuízo) do semestre/exercício	20	635	1.216
Depreciações e amortizações	199	249	86
Aumento de Capital para Distribuição de Lucros	(14)	(14)	3.001
Caixa operacional antes dos movimentos de capital de giro	205	870	4.303
Diminuição (Aumento) nos ativos:	172	1.080	(396)
Valores a receber pendentes cobrança Judicial	-	1.139	(300)
Adiantamentos salariais	(33)	(31)	(1)
Cheques pré-datados de consorciados	(2)	(2)	2
Devedores por depósitos em garantia	23	20	(66)
Impostos a compensar	166	(46)	(31)
Outros valores e bens	18	-	-
Aumento (Diminuição) nos passivos	(229)	(1.297)	872
Impostos e contribuições	23	48	2
Obrigações por recursos grupos encerrados	2	(1.431)	642
Provisão para pagamentos a efetuar	(171)	82	219
Provisão para passivos contingentes	1	1	1
Credores diversos país	(84)	3	8
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	148	653	4.779
Fluxo de caixa das atividades de Investimento:			
Adições/Baixas no imobilizado	(1.906)	(2.089)	(4)
Fluxo de caixa das atividades de Investimento:	(1.906)	(2.089)	(4)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:			
Lucros Distribuidos no período	-	-	(3.001)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:	-	-	(3.001)
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.758)	(1.436)	1.774
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	9.574	9.252	7.478
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	7.816	7.816	9.252

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Adiantamento Aumento Cap.	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.789	-	2.920	7.709
Resultado do 1º Semestre/2022			615	615
Saldos em 30 de junho de 2022	4.789	-	3.535	8.324
Resultado do 2º Semestre/2022			20	20
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.789	-	3.555	8.344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO

Ativo circulante	Nota	31/Dez/2022	31/Dez/2021
Disponibilidades			
Depósitos bancários	5	180	31
Aplicações financeiras	5	27.410	25.285
		27.590	25.316
Outros Créditos			
Direitos Junto a consorciados contemplados			
Normais	19	19.997	21.872
Em atraso	19	378	378
Em cobrança judicial	19	392	344
Bens apreendidos	19	-	7
		20.767	22.601
Total do circulante		48.357	47.917
Compensação			
Consórcio			
Previsão mensal de recursos a receber	25	1.697	1.716
Contribuições devidas ao grupo	25	60.670	63.623
Valores de bens ou serviços a contemplar	25	51.779	55.622
Total da compensação		114.146	120.961
TOTAL DO ATIVO		162.503	168.878

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

PASSIVO

Passivo circulante	Nota	31/Dez/2022	31/Dez/2021
Obrigações com consorciados	20	13.489	16.154
Valores a repassar	21	1.530	1.346
Obrigações por contemplações a entregar	23	15.987	15.207
Recursos a devolver a consorciados	24	11.681	10.352
Recursos dos grupos	22	5.670	4.858
Total do passivo circulante		48.357	47.917
Compensação			
Consórcio			
Previsão mensal de recursos a receber	25	1.697	1.716
Contribuições devidas aos grupos	25	60.670	63.623
Valor dos bens ou serviços a contemplar	25	51.779	55.622
Total da compensação		114.146	120.961
TOTAL DO PASSIVO		162.503	168.878

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades de Grupos do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2º Semestre 31/Dez/2022	Exercício 31/Dez/2022	Exercício 31/Dez/2021
DISPONIBILIDADES NO ÍNICIO DO PERÍODO	27.620	25.316	29.884
Depósitos bancários	112	31	109
Aplicações financeiras	11.733	10.077	13.890
Aplicações vinculadas contemplações	15.775	15.208	15.885
RECURSOS COLETADOS	18.249	36.667	37.414
Contribuições para aquisição de bens	13.400	27.087	29.123
Taxa de administração	2.279	4.623	4.847
Contribuições ao fundo de reserva	396	805	863
Rendimentos de aplicações financeiras	1.344	2.534	935
Multas e juros moratórios	98	200	233
Prêmios de seguros	512	1.047	1.098
Outros	220	371	315
RECURSOS UTILIZADOS	18.279	34.393	41.982
Aquisição de bens	13.623	25.800	26.573
Taxa de administração	2.340	4.724	4.944
Multas e juros moratórios	49	100	115
Prêmios de seguros	523	1.059	1.127
Devolução a consorciados desligados	1.180	1.745	5.874
Outros	564	965	3.349
DISPONIBILIDADES FINAIS	27.590	27.590	25.316
Depósitos bancários	180	180	31
Aplicações financeiras	11.423	11.423	10.077
Aplicações vinculada contemplações	15.987	15.987	15.208

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

CNPJ nº 45.725.975/0001-15

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. - CONTEXTO OPERACIONAL

A Finama Administradora de Consórcio LTDA (“Administradora”), é uma sociedade limitada com sede localizada á Rua Luiz Vaz de Camões nº 2959, Bairro Redentora, em São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

A Administradora tem por objeto social a constituição e a administração de grupos de consórcio destinados a facilitar a aquisição de bens móveis e serviços, principalmente, a pessoas físicas, sendo as concessionárias de veículos e motocicletas do Grupo Faria, seus parceiros na aquisição desses bens.

Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcios são mantidas em contas específicas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos.

2. – POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas para a Administradora e os grupos de consórcios consolidados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável, bem como, normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF, aplicado às Administradoras de Consórcios, lei das sociedades por ações, incluindo as alterações normatizadas pelo BACEN, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

Até o exercício de 31 de dezembro de 2022 foram aprovados pelo BACEN os seguintes pronunciamentos contábeis e conseqüentemente incorporados no COSIF, aplicáveis as administradoras de consórcios:

CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;

CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;

CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;

CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em ações, homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
CPC 24 – Evento Subsequente, homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
CPC 27 - Ativo Imobilizado, homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
CPC 33 (R1) – “Benefícios a Empregados”, homologado pela Resolução CMN nº 4.424/2015;
CPC 41 – “Resultado por Ação”, homologado pela Resolução CMN nº 3.959/19;
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, homologado pela Resolução CMN nº 4.748/19;
Resolução do BACEN Nº 2 – Critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento.

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas para a Administradora e grupos de consórcios consolidados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro – COSIF, Leis das Sociedades por Ações, incluindo as alterações normatizadas pelo BACEN, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Empresa em 28 de fevereiro de 2022.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.1.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Administradora é o real e todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3 - NOVAS NORMAS E RESOLUÇÕES VIGENTES A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2022

3.1 - Resolução BCB nº 120 de 27 de julho de 2021

A Resolução nº 120 de 27 de julho de 2021, com aplicação a partir de 01 de janeiro de 2022, dispõe sobre o reconhecimento, mensuração e evidência contábil, adotando o regime de competência mensal pelas administradoras de consórcios. Esta resolução estabelece que as administradoras devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 47. A Administradora constatou ainda não possuir solução sistêmica e processos adequados que permitam de forma segura adotar o princípio de competência mensal em substituição ao que vem sendo adotado quanto à taxa de administração dos grupos pelo seu efetivo recebimento de acordo com Parágrafo 2º do Art. 8º Circular nº 2.381 de 18 de novembro de 1993. Estas alterações não abrangem as demonstrações de recursos de consórcios e disponibilidades de grupos.

3.2 - Resolução BCB nº 156 de 19 de outubro de 2021

A Resolução BCB nº 156 de 19 de outubro de 2021, entrou em vigor em 01 janeiro de 2022, com isso os valores relativos a recursos não procurados, bem como aqueles correspondentes à aplicação destes recursos e os valores pendentes de recebimento de consorciados inadimplentes, que estavam registrados no ativo e passivo da Administradora no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram transferidos para as adequadas contas de compensação desde o período encerrado em 30 de junho de 2022.

Os recursos de grupos encerrados, registrados na conta de compensação da Administradora em 31 de dezembro de 2022 apresentam a seguinte composição e saldo:

Descrição	31/Dez/2022
Valores pendentes de recebimento – Cobr. Judicial	928
Recursos de grupos encerrados – RNP	886
Total	1.814

3.3 - Resolução BCB nº 219 de 30 de março de 2022

Em março de 2022, foi divulgada a Resolução BCB nº 219, a qual define os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Essa Resolução estará vigente em sua totalidade a partir de 1º de janeiro de 2025. Entretanto, é exigido que as referidas instituições elaborem até 31 de dezembro de 2022, e mantenham à disposição do Banco Central do Brasil, um plano para a implementação dessa regulamentação contábil.

O plano para a implementação abaixo, apresentado de forma resumida, foi aprovado pela Diretoria da administradora.

3.3.1 - Plano para a Implementação da Resolução BCB nº 219/22

Para a elaboração do plano, foram avaliados o cenário atual das administradoras de consórcio e suas respectivas demonstrações financeiras, objetivando identificar quais itens serão sensibilizados pela adoção da norma, além das eventuais possibilidades de mudanças em produtos, processos e na própria normatização.

Entretanto, como o Banco Central do Brasil ainda poderá divulgar normas complementares, necessárias à execução do referido normativo sobre o método simplificado para amortização de custos de transação (taxa efetiva de juros), definições de principal e juros para o teste SPPJ, pisos de provisão para ativos com problemas de recuperação de crédito, regras para utilização da metodologia simplificada da PECLD pelas administradoras de consórcio, entre outros, este plano poderá ser revisto pela gestão da administradora.

A seguir, encontram-se listados alguns dos principais itens abordados no plano para a implementação da Resolução BCB nº 219/22:

- Capacitação da equipe;
- Classificação e mensuração de ativos financeiros (Modelo de Negócio e Teste SPPJ);
- Reclassificação de ativos financeiros;
- Classificação de passivos financeiros;
- Custos de transação;
- Mensuração do valor justo;
- Ativos com problemas de recuperação de crédito;
- Renegociação e reestruturação de ativos financeiros;
- Baixa de ativos financeiros;
- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- Contabilidade de Hedge; e
- Evidenciação.

Observa-se que para cada item relacionado, o plano para implementação prevê os seguintes desdobramentos:

- Cenário atual: como a administradora trata as informações de acordo com a regulamentação vigente;
- Proposta: o que a administradora entende ser necessário implementar/modificar para se adequar à referida norma;
- Processos: quais os processos afetados pela nova regra; e
- Responsabilidades: quais áreas serão responsáveis pelas modificações/manutenções relativas às mudanças normativas

4. - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1. Administradora

a) Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. A taxa de administração dos grupos de consórcios é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas, conforme o Artigo 8º, § 2º, da Circular nº 2.381/1993, do Banco Central do Brasil - BACEN. As despesas de comissões de vendas de cotas de consórcios são apropriadas ao resultado por ocasião do recebimento da venda às quais as comissões estão vinculadas e são classificadas na rubrica “Despesas com pessoal”.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 6.404, do Conselho Monetário Nacional – CMN, são representados por disponibilidade em moeda nacional (Real) e aplicações financeiras, com prazo total de até 90 dias da data de aquisição, o, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de seu valor justo. Dentre os recursos disponíveis com essas características são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, conforme os termos da Circular BACEN nº 3.068/01. Os títulos e valores mobiliários referentes as aplicações financeiras em fundos de investimentos foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e, foram classificados na categoria “título disponíveis para negociação”, os quais são avaliados ao valor de mercado, em contrapartida ao resultado do respectivo exercício findo.

d) Outros créditos

A Conta de “Outros créditos”, representada por valores ainda não repassados pelos Grupos à administradora ou a receber de consorciados de grupos encerrados, reconhecidos demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo-se, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro rata temporis”, auferidos de aquisição, incluindo-se, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro rata temporis”, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável.

A provisão para outros créditos deve ser constituída considerando o valor de realização de tais créditos, em virtude das garantias oferecidas e da experiência da Administração.

e) Redução ao valor recuperável dos ativos

É reconhecida uma perda por “impairment” se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Na avaliação da Administração, não houve indícios de perda por “impairment” no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e exigibilidade, e incluem, quando aplicável, rendimentos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. São constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou provável realização, quando aplicável.

g) Provisões, ativos contingentes e obrigações fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil ao ano (R\$120 mil ao semestre), a provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro real. São também constituídos créditos tributários sobre diferenças fiscais temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.

i) Eventos subsequentes

De acordo com a Circular do BACEN nº 3.578/12, que dispõe sobre a contabilização e divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem às demonstrações financeiras, conforme estabelecido no pronunciamento técnico NBC TG 24, não foram identificados eventos subsequentes que necessitem ser divulgados nessas demonstrações financeiras

4.2. Grupos de consórcio

a) Instrumentos financeiros

Referem-se a aplicações financeiras em fundos de investimento efetuadas em nome dos grupos de consórcios, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes.

b) Direitos dos consorciados contemplados

Representam os valores a receber a título de fundo comum e do fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Representa o valor das contribuições a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço, a título de fundo comum e de reserva.

d) Contribuições devidas ao grupo

Representa a previsão de recebimento dos fundos comum e de reserva até o término do grupo, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

e) Valor dos bens a contemplar

Representa o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens nas datas dos balanços.

f) Obrigações com consorciados

Representam, principalmente, contribuição ao fundo comum efetuada por consorciados não contemplados para aquisição de bens, as quais são atualizadas pela valorização do bem, e contribuições recebidas de consorciados dos grupos para formação do fundo comum, as quais são atualizadas de acordo com os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras dos grupos.

g) Valores a repassar

Representam valores a repassar referentes aos pagamentos de taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios e outros.

h) Obrigações por contemplações a entregar

Representam créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.

i) Recursos a devolver a consorciados

Estão representados principalmente pelos valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortização, por ocasião do rateio para encerramento do grupo, e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor relativo às respectivas contribuições ao fundo comum e de reserva, deduzidos das multas, quando aplicável.

j) Recursos do grupo

São representados principalmente por valores recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de atualização financeira, multa e juros de mora recebidos e atualização dos valores a receber de consorciados contemplados e das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

5. - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Referem-se a recursos em bancos com disponibilidade para resgate imediato, sendo as aplicações exclusivamente em renda fixa sem risco significativo de mudança de valor.

Descrição	31/12/2022	30/12/2021
Banco conta movimento	246	488
	246	488

6. - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Administradora)

A conta de títulos e valores mobiliários possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Quotas de Fundos de Investimento (a)		
Caixa Economica Federal	-	4.418
Banco Itaú	1.799	3.493
Banco Santander	5.771	853
	7.570	8.764

6.1. DISPONIBILIDADES E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Grupos)

As contas de disponibilidades e títulos e valores mobiliários possuem as seguintes composições:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades		
Depósitos bancários	180	31
Quotas de Fundos de Investimento (a)		
Banco Santander – FIC-FI	27.410	25.285
	27.590	25.316

(a) Aplicações em renda fixa FIC FI com rentabilidade média de 0,20% ao mês, sem vínculo restritivo e disponível para resgate imediato. Ao valor do principal aplicado são acrescidos os rendimentos auferidos no período em contra partida: do resultado do exercício, no caso de recursos da Empresa, e do saldo de recursos a devolver a consorciados, no passivo, no caso dos recursos de grupos encerrados.

7. - OUTROS CRÉDITOS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Outros créditos	43	10
IRRF a compensar	136	90
Valores pendentes de recebimento – cobr. Judicial (a)	-	1.139
Devedores por depósitos em garantia	174	195
	353	1.434
Parcela circulante	-	100
Parcela não circulante	353	1.334

(a) Referem-se as custas administrativas e judiciais para cobrança de consorciados inadimplentes de grupos encerrados a créditos a receber de consorciados de grupos já encerrados decorrentes de demandas de cobrança em andamento em acionamento de seguro ou em fase de encaminhamento para cobrança judicial.

8. - INVESTIMENTOS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Terrenos	6	6
	6	6

9. - IMOBILIZADO LÍQUIDO

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Móveis e utensílios	187	46
Equipamentos de processamento de dados	3	6
Equipamentos de comunicação	6	9
Veículos	1.831	113
	2.027	174

10. - INTANGÍVEL

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Marcas e patentes	26	24
Software	14	15
	40	39

11. - RECURSOS A DEVOLVER A CONSORCIADOS

Referem-se aos recursos não procurados de consorciados desligados, desistentes ou excluídos de grupos encerrados. O passivo é constituído em contrapartida da aplicação financeira dos recursos capitalizados pelos rendimentos das aplicações financeiras até a data do balanço.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Grupos encerrados	491	838
Grupos encerrados – Depto Jurídico	372	318
	863	1.156

12. - OUTROS PASSIVOS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições a recolher	219	170
Provisão para pagamentos a efetuar	763	681
Valores pendentes de recebimento – Cobrança Judicial	-	1.139
Credores diversos – País	20	17
Provisão para passivos contingentes (a)	33	32
	1.035	2.039

(a) A Empresa possui processos judiciais de natureza cível avaliado pelos assessores jurídicos como de risco de perda provável, o risco de perda estimado pelos seus advogados em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 33 mil.

13. - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado está representado por 4.789.000 cotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 4.789 mil.

b) Lucro por cota de capital

O lucro por cota de capital é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos sócios, pela quantidade de cotas durante o período.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Lucro atribuível aos sócios	635	1.216
Quantidade de cotas	4.789	4.789
Lucro Básico e diluído por cotas	0,13	0,25

13.1 – LIMITE DE ALAVANCAGEM

Levando-se em consideração que o limite de alavancagem das Administradoras de Consórcio estabelecido no artigo 6º, § 1º da Circular Bacen nº 3.433 de 03/02/2009, conjugado com o artigo 1º, § 1º, incisos I, II e III da Circular Bacen no 3.524 de 03/02/2011, assim apurado: Passivo Circulante + Passivo Não Circulante da Administradora=R\$ 1.898, (-) Recursos Pendentes de Recebimento – Cobrança Judicial (R\$ 928), + Disponibilidades de Grupos de Consórcio (R\$ 27.590 (-) Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações (R\$ 15.987) = R\$ 12.573 versus Patrimônio Líquido Ajustado de R\$ 50.064 (R\$ 8.344 x 6).

14. - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Descrição	2º Semestre 31/12/2022	Exercício 31/12/2022	Exerício 31/12/2021
Rendas de prestação de serviços (a)	2.633	5.393	6.155
(-) Impostos incidentes (b)	(324)	(658)	(716)
Total	2.309	4.735	5.439

(a) Receita proveniente da prestação de serviços efetivada por meio da cobrança de taxa de administração definida contratualmente com os consorciados de 14% a 17% do valor da parcela mensal, taxas de transferências/Cessão e substituição de garantia;

(b) Refere-se ao PIS, a COFINS e ao ISSQN.

15. - DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS

Descrição	2º Semestre 31/12/2022	Exercício 31/12/2022	Exercício 31/12/2021
Despesas com aluguéis	(8)	(15)	(15)
Despesas com água, luz e gás	(17)	(57)	(80)
Despesas de comunicação	(37)	(71)	(84)
Despesas com mat. de escritório e limpeza	(10)	(22)	(14)
Despesas de manut. e cons. de bens	(15)	(32)	(34)
Despesas com processamento de dados	(115)	(231)	(208)
Despesas com propaganda e publicidades	(203)	(395)	(347)
Despesas com transportes	(62)	(89)	(36)
Despesas tributárias	(77)	(143)	(70)
Despesas com prestação de serviços	(44)	(106)	(89)
Despesas com viagens	(1)	(3)	(2)
Despesas do sistema financeiro	(2)	(7)	(9)
Depreciações e amortizações	(199)	(249)	(86)
Outras despesas	(749)	(1.484)	(676)
Total	(1.539)	(2.904)	(1.750)

16. - DESPESAS COM PESSOAL

Descrição	2º Semestre 31/12/2022	Exercício 31/12/2022	Exercício 31/12/2021
Comissões	(251)	(516)	(479)
Salários e ordenados	(687)	(1.207)	(887)
Provisão férias/13º sal./Encargos	(134)	(357)	(414)
Encargos sociais	(341)	(625)	(589)
Benefícios	(2)	(4)	(4)
Total	(1.415)	(2.709)	(2.373)

17. - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Descrição	2º Semestre 31/12/2022	Exercício 31/12/2022	Exercício 31/12/2021
Despesa de imposto de renda	(251)	(251)	(468)
Despesa de contribuição social	(99)	(99)	(177)
Total	(350)	(350)	(645)

18. - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS

Descrição	2º Semestre 31/12/2022	Exercício 31/12/2022	Exercício 31/12/2021
Rendas sobre títulos mobiliários	527	1.001	350
Outras receitas operacionais/Não Operac.	164	204	195
Total	691	1.205	545

19. - SEGUROS

A Empresa adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

20. - DIREITOS JUNTO A CONSORCIADOS CONTEMPLADOS – A VENCER

Valores a receber de consorciados contemplados reconhecidos pela diferença entre o montante pago e o valor da carta de crédito.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
(+) Normais – transferências	107.364	106.354
(-) Normais – recebimentos	(86.597)	(83.760)
Total	20.767	22.594

21. - OBRIGAÇÕES COM CONSORCIADOS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Recebimentos não identificados (a)	418	366
Contribuições de consorciados não contemplados (b)	13.071	15.788
Total	13.489	16.154

(a) Refere-se a recebimentos via depósito de mensalidades ainda em processo de identificação;

(b) Registra os valores de recebimentos (fundo comum) de consorciados não contemplados

22. - VALORES A REPASSAR

Demonstra os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos para a Empresa referentes à taxa de administração, multa rescisória, outros recursos (taxa de transferência; tarifa bancária e taxa registro de gravame). Quanto aos prêmios de seguro correspondem ao seguro de vida e quebra de garantia, cobrados dos consorciados que serão repassados à seguradora.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios de seguros	87	84
Multa rescisória	1.442	1.262
Total	1.529	1.346

23. - RECURSOS DOS GRUPOS

Registra os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos, além de valores das atualizações de obrigações e atualizações de direitos, que são geradas de acordo com as atualizações dos bens.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de reserva	4.134	3.645
Rendimentos – aplicações financeiras	1.440	738
Multas e juros – moratórios retidos	1.921	1.841
Atualização de direitos	4.492	4.804
(-) Atualização de obrigações	(6.317)	(6.170)
Total	5.670	4.858

24. - OBRIGAÇÕES POR CONTEMPLAÇÕES A ENTREGAR

Registra os valores dos créditos a repassar aos consorciados contemplados nas assembleias, acrescidos dos rendimentos de aplicação financeira e deduzidos os valores de créditos já pagos demonstrando assim, o valor que ainda a Empresa tem obrigação de repassar aos consorciados.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
(+) Obrigações – contempl. a entregar – transferencia	103.451	102.920
(-) Obrigações – contempl. a entregar – pagamento	(89.397)	(88.075)
(+) Obrigações – contempl. a entregar – rendimentos	2.842	1.888
(+) Obrigações – contempl. a entregar – reajuste cred.	1	24
(-) Obrigações – contempl. a entregar - Pagto cancelados	(910)	(1.550)
Total	15.987	15.207

25. - RECURSOS A DEVOLVER A CONSORCIADOS

Correspondem aos valores dos recursos dos grupos que serão devolvidos aos consorciados ativos pelo excesso de amortizações e aos consorciados desligados, desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições deduzidos de multas.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Conсорciados ativos	145	259
Conсорciados desligados	11.537	10.093
Total	11.682	10.352

26. - COMPENSAÇÃO

Ativo / Passivo	31/12/2022	31/12/2021
Previsão mensal de recursos a receber (a)	1.697	1.716
Contribuições devidas ao grupo(b)	60.670	63.623
Valor dos bens ou serviços a contemplar (c)	51.779	55.622
Total	114.146	120.961

(a) Demonstam a previsão de recebimentos de contribuições para formação de fundo comum de consorciados com expectativa de recebimento no mês seguinte ao de encerramento das demonstrações financeiras;

(b) São as previsões do total de contribuições para constituição de fundo comum devidas pelos consorciados ativos e direito até o encerramento dos grupos;

(c) Referem-se ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras.

27. - RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS

As operações dos grupos de consórcio apresentam a seguinte posição: (Quantidade)

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Grupos em andamento	31	33
Bens entregues no período	865	530
Taxa de inadimplência	18%	18%
Consortiados ativos	3.445	5.416
Consortiados desistentes ou excluídos	6.384	7.250
Bens pendentes de entrega	481	514

28. – COMPONENTE ORGANIZACIONAL DE OUVIDORIA

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.849 de 25 de março de 2010, e pelas Circulares Bacen nºs 3.501 e 3.503, respectivamente de 16 de julho de 2010 e 26 de julho de 2010, o Componente Organizacional de Ouvidoria se encontra em pleno funcionamento.

29. – PARTES RELACIONADAS

Nos termos da Carta-Circular nº 3.410 de 13/08/2009, e pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) Divulgação sobre Partes Relacionadas, informamos que as transações com partes relacionadas se restringiram ao pagamento de bens junto á empresas ligadas (FARIA VEICULOS LTDA e FARIA MOTOS LTDA), eventualmente adquiridos dessas empresas coligadas por consorciados contemplados em grupos de consórcio por nós administrados.

30. – MANUAL DE CONTROLES INTERNOS

A Administradora mantém atualizado o Manual de Controles Internos, onde encontra-se registrado:

- a-) O processo operacional da Administradora e dos Grupos de Consórcio;
- b-) O gerenciamento de riscos; e
- c-) O gerenciamento de contingências.

31 – SISTEMA DE ANÁLISE DE GRUPOS/COTAS DE CONSÓRCIO

Atendendo ao disposto no artigo 1º da Circular nº 3.394 de 09 de julho de 2008, que dispõe sobre a remessa ao Bacen de informações relativas a operações de consórcio, através do Sistema de Análise der Grupos/Cotas – SAG, a administradora realiza mensalmente, até o dia 30 do mês subsequente ao da data-base, por meio do Documento 2080 – Posição de Cotas e de Grupos das Operações de Consórcio – Bens Imóveis, Móveis e Serviços, conforme determinado na Carta-Circular 3.335 de 01 de Agosto de 2.008.

32. – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Administradora não possui saldo de instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022, cujas divulgações sejam requeridas nos termos das normas e instruções do BACEN.

33. – GERENCIAMENTO DE RISCO

Em consonância com a regulamentação vigente, as práticas adotadas no mercado e as recomendações do Comitê da Basileia, a Administradora, para suportar o adequado gerenciamento de seus riscos, adota as seguintes práticas:

- (i) **Risco de Crédito** - consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a sua mitigação e controle, e em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Administradora estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela sua gestão, e as áreas de risco de crédito, como responsáveis por monitorar os indicadores de crédito para, caso haja necessidade, estabelecer correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite a riscos adotados pela organização;
- (ii) **Risco Operacional** - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Administradora estabeleceu a diretoria financeira e administrativa como a responsável pela gestão do risco operacional como a responsável por avaliar os processos e controles internos, monitorar os indicadores de risco operacional (KRIs), fomentar discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelecer planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização;

(iii) **Risco de Mercado** - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria financeira como a responsável pela gestão do risco de mercado como a responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco das carteiras, mensurando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados das aplicações financeiras realizadas. As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da Finama em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia, e apetite a riscos;

(iv) **Gerenciamento de Capital** - De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Administradora. A política relacionada à Gestão de Capital da Finama Administradora de Consórcio estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo e abrange os seguintes pontos: papéis e responsabilidades, métricas da gestão de capital, regras de cálculo do capital, limites operacionais, planos de contingência e monitoramento contínuo. A Administradora busca manter o capital em níveis adequados de acordo com sua estratégia, de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local, sem comprometer os resultados do negócio;

(v) **Risco de Conformidade** - O risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos à reputação resultantes da falha em cumprir: (i) leis e regulamentos; (ii) regras, códigos de conduta ou padrões/normas de organizações autorreguladoras às quais a Administradora está sujeita ou das quais é membro; e (iii) políticas e procedimentos internos. Buscando o alinhamento entre as melhores práticas no que tange o gerenciamento de riscos ao perfil de negócio, às características da Instituição, e ao ambiente regulatório, a área de Compliance da Administradora gerencia este risco de conformidade de forma estruturada, apoiada em normas e procedimentos corporativos, além de programas de conformidade, visando primariamente garantir que todas as regras aplicáveis estão sendo atendidas.

(vi) **Risco Legal** - O risco legal é associado à incorreta interpretação, aplicação e/ou não cumprimento dos dispositivos legais, regulamentações, acordos e preceitos éticos nas práticas das empresas, bem como à inadequação ou deficiência em seus contratos, podendo ter como consequências, incluindo, mas não se limitando a, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, diminuição do valor dos ativos, contingências maiores do que as esperadas e indenizações por danos a terceiros.

A Administradora através de seu departamento Jurídico, atua de forma ativa para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco legal inerente ao seu negócio;

(vii) **Risco Estratégico** - O risco de estratégia é definido como a possibilidade de perda decorrente da utilização de uma estratégia, premissas ou política de negócios inadequada ou de falta desta, incluindo a ausência ou execução equivocada de resposta a alterações de mercado e a fatores externos.

A Administradora possui um processo regular, completo e consistente de planejamento estratégico, visando a projeção, acompanhamento e gestão de todos os indicadores estrategicamente relevantes para o seu negócio, de forma a subsidiar robustamente a tomada de decisão pela gestão;

(viii) **Risco Reputacional** - O risco reputacional é definido como a ocorrência ou possibilidade de exposição negativa que impacte a percepção daqueles com os quais se relaciona, incluindo clientes, investidores, agências de rating, colaboradores e órgãos reguladores, em relação às práticas de negócio, conduta ou condição financeira da Instituição. A gestão do risco reputacional na Finama Administradora de Consorcio é realizada a partir de processos contidos em diversas áreas da Instituição, os quais têm como objetivo mitigar a ocorrência de eventos que afetem a reputação, bem como atuar no controle e minimização da disseminação desses impactos;

(ix) **Risco Cibernético** - O risco cibernético é definido como o risco de ocorrerem eventos e perdas relacionados a dependências tecnológicas, e à interconexão entre sistemas, processos e instituições, vulneráveis a falhas ou ataques cibernéticos cujos efeitos podem ter proporções sistêmicas. A Administradora mantém sólidas práticas de segurança cibernética no ambiente de negócios, contando com estruturas locais e globais dedicadas ao monitoramento contínuo, atualização e execução das melhores práticas, ferramentas e processos, visando mitigar este risco e garantir a gestão segura de informações e a proteção de dados de clientes e fornecedores;

(x) **Gestão de Continuidade de Negócios (GCN)** - A Avaliação de Riscos na Continuidade dos Negócios é o processo de avaliar ameaças e vulnerabilidades de ativos, estimando potencial perdas ou danos a eles atrelados. Assim, fornece uma estrutura para o gerenciamento de riscos, que envolve a identificação de eventos ou riscos específicos relevantes para a Administradora e sua avaliação em termos de probabilidade e magnitude do impacto;

(xi) **Divulgação de informações** - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Administradora conta com política específica que estabelece os princípios e processos a serem adotados na divulgação de informações que evidenciem o atendimento de requerimentos prudenciais definidos pelo regulador. As publicações são realizadas de acordo com conteúdo, formato e periodicidade definidas pela regulamentação em vigor, disponibilizadas ao público por meio do website da Finama, e englobam informações a respeito da sua estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, da estrutura de gerenciamento contínuo de capital, da apuração do montante de ativos ponderados pelo risco (Risk Weighted Assets - RWA), da adequação do Patrimônio de Referência (PR), e dos indicadores de liquidez.

34. - CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Administração avaliou a capacidade de o Consórcio continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Embora o desaquecimento econômico decorrente da adoção de medidas de isolamento social para conter a pandemia da COVID-19 tenha atingido diversas empresas no Brasil e no mundo, o Consórcio possui capital e liquidez suficientes para suportar eventuais perdas projetadas para os negócios nesse período e nos que se seguem.

Apesar da gravidade e ineditismo da atual conjuntura na história recente, considerando a experiência do Consórcio no gerenciamento e monitoramento de riscos, do capital e da liquidez, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

35. - FATOS SUBSEQUENTES

A administração considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão, não havendo eventos que requeiram ajustes em suas demonstrações financeiras.

A DIRETORIA

HELENA APARECIDA S. MOLENA
DIRETORA FINANCEIRA

JURACY FERREIRA DE SOUZA
TC-CRC 1SP224787/O-5